



Safra pode crescer 8,6% no Rio Grande do Sul

Emater projeta 35,6 milhões de toneladas com área ligeiramente menor

EXPOINTER 2026

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

A safra de verão gaúcha começa com uma conta aparentemente difícil de fechar. Com produtores enfrentando restrições de crédito, possibilidade de redução do investimento nas lavouras e um El Niño que deve trazer chuva acima da média na primavera, a Emater/RS-Ascar projeta aumento de 8,6% na produção de grãos em 2026/2027.

Se a estimativa inicial se confirmar, o Rio Grande do Sul colherá 35,6 milhões de toneladas de arroz, feijão, milho e soja, ante 32,8 milhões de toneladas no ciclo passado. O avanço esperado não virá de mais terra cultivada, mas da recuperação projetada da produtividade, principalmente da soja.

A aparente contradição está na metodologia da projeção. A produtividade inicial não resulta de uma avaliação sobre quanto o agricultor conseguirá investir nesta safra, mas de uma tendência estatística calculada a partir das produtividades médias municipais dos últimos dez anos. A área, por sua vez, é apurada a partir de levantamentos realizados pelos escritórios municipais da Emater.

“Se tudo correr bem, é isso”, resume o diretor-presidente da Emater/RS-Ascar, Claudinei Baldissera. Segundo ele, fatores eco-



WENDERSON ARAUJO/TRILUX/DIVULGAÇÃO/JC

Milho deve ter o terceiro ciclo produtivo com alta na área cultivada

nômicos como a restrição de crédito não entram diretamente no cálculo inicial. Por isso, a estimativa será ajustada conforme as condições efetivamente encontradas ao longo do ciclo.

Na soja, principal cultura de verão do Estado, a área deve recuar 0,92%, para 6,6 milhões de hectares. A produtividade inicial, porém, é calculada em 3.183 quilos por hectare, 16,37% superior à temporada passada. Com isso, a produção pode saltar para 21,1 milhões de toneladas, alta de 15,32%.

O milho segue direção diferente e deve ampliar a área pelo terceiro ciclo consecutivo. A Emater estima 896,4 mil hectares, avanço de 7,42%. Como a produtividade projetada, de 7.711 quilos por hectare, fica praticamente estável (-0,25%), o aumento de área levaria a produção a 6,91 milhões

de toneladas, 7,18% acima da safra anterior.

O diretor técnico da Emater, Matheus Rocha, relaciona o crescimento do cereal à busca por maior segurança diante das adversidades climáticas e às políticas públicas de incentivo à cultura. No arroz, cuja intenção de plantio foi levantada pelo Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), a área deve diminuir 3,4%, para 861,8 mil hectares. A Emater calcula produtividade inicial de 8.741 quilos por hectare, 2,21% inferior à da temporada passada, o que levaria a produção a 7,53 milhões de toneladas, retração de 5,49%.

Se a recuperação da produtividade sustenta a projeção de uma safra maior, o clima será uma das principais variáveis para determinar até onde esse potencial poderá ser alcançado.

Clima e crédito desafiam as projeções

Para as lavouras, porém, há riscos já identificados. O cenário apresentado pelo Sistema de Monitoramento e Alertas Agroclimáticos do Rio Grande do Sul (Simagro-RS) aponta possibilidade de atraso na semeadura das culturas de verão. Temperaturas e umidade elevadas podem favorecer doenças, enquanto o excesso de chuva pode aumentar a pressão sanitária, reduzir a luminosidade e dificultar as operações no campo.

A maior disponibilidade de água não é necessariamente negativa. Rocha observa que, se as chuvas forem bem distribuídas ao longo do ciclo, podem favorecer a

recuperação dos rendimentos, especialmente depois de uma temporada em que estiagens atingiram algumas regiões do Estado. O problema está no momento e na intensidade das precipitações.

A questão financeira acrescenta outra incerteza. Segundo Rocha, a dificuldade de acesso ao crédito já vinha provocando uma readequação entre produtores na safra anterior e pode levar à redução do pacote tecnológico empregado nas lavouras. “O produtor gaúcho acaba ajustando e baixando a tecnologia da lavoura, mas fazendo a sua produção”, afirma.

Segundo ele, a dificuldade para financiar a atividade pode

resultar em menor aquisição de insumos e até na utilização de sementes próprias. A alternativa permite reduzir desembolsos, mas está distante das condições consideradas ideais pela assistência técnica.

Por isso, apesar do potencial estatístico de recuperação da produção, a própria Emater trata os números divulgados na Expointer como o ponto de partida de uma safra sujeita a ajustes. “Não temos espaço para erros este ano. Temos muitas dificuldades nas questões de acesso a financiamentos, e isso faz com que o produtor rural esteja com suas margens bastante apertadas”, resume Rocha.

Financiamento restrito enxuga investimento na lavoura

A poucos dias do início do plantio da safra de verão, parte dos produtores gaúchos ainda faz contas para definir quanto poderá investir nas lavouras. Uma orçamentação da Farsul para uma propriedade típica de Carazinho, no norte do Estado, indica custo total de R\$ 7.611,38 por hectare de soja e R\$ 11.071,28 por hectare de milho. Para cobrir esses valores, seriam necessários preços de R\$ 124,78 pela saca de soja e R\$ 69,20 pela de milho, consideradas produtividades de 61 e 160 sacas por hectare, respectivamente.

Os números são do Projeto Campo Futuro, parceria entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) e Farsul. A federação ressalva que ainda não dispõe de um custo fechado para a safra 2026/2027. Trata-se de uma orçamentação feita a partir de uma propriedade de referência e, portanto, não representa o custo médio do Rio Grande do Sul.

A pressão financeira já aparece na forma como agricultores familiares estão preparando a nova temporada. O vice-presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Rio Grande do Sul (Unicafes-RS), Lecian Conrad, relata que produtores que costumavam antecipar e programar a aquisição de insumos passaram a postergar as compras.

“Os produtores têm deixado para comprar mais da ‘mão pra boca’, ou seja, somente na hora que realmente vão utilizar o insumo”, afirma. O comportamento, acrescenta, cria também um desafio logístico para cooperativas e fornecedores, que precisam garantir a entrega no momento em que o agricultor decidir pela compra.

Ao longo do ano, segundo Conrad, os relatos recebidos pelas cooperativas apontavam intenção de reduzir investimentos. Uma melhora recente dos preços dos grãos, porém, pode levar parte dos produtores a rever essa decisão. Ainda assim, ele confirma que mesmo agricultores dispostos a preservar a área de cultivo avaliam diminuir o desembolso por hectare.

A cautela resulta da combinação de preços dos grãos, insumos ainda relativamente caros, juros elevados e perda de capacidade financeira depois de sucessivos problemas climáticos. “Em 2026 isso se agravou, pois temos a convergência de diversos fatores que impactam a atividade”, afirma Con-

rad. A percepção das cooperativas coincide com o cenário identificado pela assistência técnica. O diretor técnico da Emater/RS-Ascar, Matheus Rocha, afirma que produtores já vinham readequando as lavouras diante das dificuldades financeiras, com redução do nível tecnológico, menor aquisição de insumos e, em alguns casos, utilização de sementes próprias.

Para as cooperativas da agricultura familiar, o problema não está necessariamente na quantidade de recursos disponibilizada pelo Plano Safra. Conrad considera o volume satisfatório e diz que o dinheiro chegou no momento adequado. A dificuldade está em conseguir acessá-lo.

Parte dos produtores ainda tenta resolver passivos justamente quando deveria estar contratando o financiamento da nova lavoura. Segundo o dirigente, agricultores com dívidas bancárias precisam concluir a repactuação para recuperar limites de crédito. Sem isso, ficam impedidos de contratar novas operações ou têm acesso a valores menores. As garantias exigidas pelos bancos aparecem como outro obstáculo. Conrad afirma que, diante do grau de endividamento acumulado, há associados que já não dispõem de garantias reais para oferecer nas renegociações. Ele acrescenta que as regras da medida provisória criada para a repactuação também deixam produtores sem enquadramento.

O cenário não é uniforme. Para agricultores que atravessaram as últimas safras sem acumular passivos significativos, Conrad avalia positivamente as condições do Plano Safra, citando redução de juros e, em determinadas situações da agricultura familiar, diminuição da alíquota do Proagro.

A dificuldade dos demais, entretanto, começa a deslocar parte da demanda por financiamento para as próprias cooperativas. Conrad afirma que vem aumentando nos últimos anos a procura de associados por crédito diretamente nessas organizações quando o recurso oficial não está disponível.

Isso exige mais capital de giro das cooperativas, que financiam os insumos e aguardam o pagamento até a colheita. Na prática, passam também a carregar uma parcela maior do risco da safra, especialmente o climático. Segundo Conrad, uma das alternativas buscadas para reduzir essa exposição é a contratação de seguros no mercado privado.